

SUELEN FUJIMORI

**DIFICULDADES NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA
DE ENSINO REGULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca do Curso de Especialização em
Educação do Campo da Universidade Federal
do Paraná. Como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: Rodrigo Rossi Mengarelli.

MATINHOS

2011

DIFICULDADES NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Suelen Fujimori ¹;
Rodrigo Mengarelli ².

RESUMO

Ao longo da história, o processo educacional brasileiro, pensado para atender uma demanda urbano industrial que crescia no início do século XX, acabou excluindo uma grande parcela da população que não se encaixava nesse novo modelo de desenvolvimento. Durante anos os povos do campo, tiveram negado uma educação de qualidade, hora pela posição geográfica que ocupavam e hora pela negligência do poder público. A Educação do Campo busca desconstruir este estereotipo do campo como um lugar de atraso resgatando os saberes, a cultura e a história destes povos excluídos com um modelo educacional que os valorize e que consiga trabalhar com a realidade destes povos para que estes possam ser sujeitos da transformação da própria realidade. Neste sentido, o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz, iniciou em 2010 um processo de identificação das Escolas do Campo. O processo foi feito à partir de assembleias resultando, em um primeiro momento, na mudança do nome da escola acrescentando as palavras “do campo”. A descrição da experiência ocorrida no município de Santana do Itararé-PR, bem como uma análise do modo como à assembleia foi realizada e as dificuldades que tem sido encontradas no processo de transição para escola do campo são os pontos fundamentais deste trabalho.

Palavras-chave: Educação do Campo; qualificação profissional; processo de transição.

1 INTRODUÇÃO

¹ Formação: Educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral (UFPR Litoral); Formada em: Engenharia Ambiental pela UNICENTRO (2005); Email: suelen.fujimori@hotmail.com.

² Graduado em Ciências Biológicas (UFPR); Mestrado em Patologia, Microbiologia e Imunologia (UFPR). Educador Orientador do Curso de Especialização em Educação do Campo, Programa Saberes da Terra, UFPR Litoral. E-mail: rodrigo@mengarelli.com.br

"Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo". (DCE – Educação do Campo, 2006. p. 9)

A educação do campo surgiu principalmente das lutas dos movimentos sociais do campo que reivindicavam uma nova concepção de educação que levasse em consideração as especificidades dos povos camponeses, compensando uma dívida histórica educacional que os marginalizou.

Embora o Brasil sendo um país essencialmente agrário, o descaso que se nota nos textos constitucionais em relação aos povos do campo até 1891 mostra o abandono dos governantes e uma tendência dentro das matrizes curriculares de privilegiar um modelo urbano cultural europeu (ROCHA, PASSOS e CARVALHO, 2006).

Entre os anos de 1910 e 1920 ocorreu em grande escala a migração de povos do campo em busca de áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo. Deste modo surgiu o ruralismo pedagógico que estendeu-se até a década de 30 com o objetivo de “fixar” o homem ao campo (SEED, 2006).

Neste período as cidades se firmavam como referência da modernidade e do progresso, enquanto o campo representava o rústico e o atrasado. A própria etimologia do termo rural da origem ao rústico e rude, sendo que a cidade da origem ao termo cidadão e cidadania. Deste modo pode se perceber que esta metodologia de ensino da escola rural não trouxe nenhuma melhora efetiva para o homem do campo.

Somente na década de 90 que começou a se firmar os debates sobre educação do campo que ocorreu no I encontro de educadores e educadoras da reforma agrária e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, organizados principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), com o apoio da Universidade de Brasília (UnB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização da Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (SEED, 2006).

A partir de então a educação do campo passou a ser vista sob uma nova ótica pelos poderes públicos reconhecendo a necessidade de se elaborar legislações específicas de educação aos povos do campo pensando numa metodologia de ensino que tivesse como base as realidades vivenciadas pelos diferentes povos do campo. Abordando todos estes quesitos, em 2002 o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (SEED, 2006).

Neste contexto, o Núcleo Regional de Educação de Wenceslau Braz busca através do departamento da diversidade, implantar a metodologia da educação do campo nas escolas caracterizadas como rurais.

O objetivo deste trabalho é apontar as principais dificuldades encontradas no processo de adequação de uma escola de ensino regular para a educação do campo pelos educadores do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco.

2 DESCRICAO DA EXPERIENCIA

2.1 CARACTERIZACAO DO MUNICIPIO E ASSEMBLEIA PARA IDENTIFICACAO DA ESCOLA DO CAMPO.

O presente trabalho foi desenvolvido com os educadores do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco que se situa no município de Santana do Itararé, localizado na região Norte do Estado do Paraná, a 318 Km da capital, na intersecção do paralelo 23° 45' 00" de latitude Sul com o meridiano 49° 38' 00" de longitude Oeste. Este município possui uma população estimada em 2010 de 5.638

habitantes (IBGE, 2010). Sendo a população urbana de 61,46% e a população rural 38,54%.

O Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco tem sua sede no perímetro urbano do município, tendo em seu quadro de funcionários 1 diretor, 1 vice-diretor, 44 educadores, 5 pedagogos, 5 técnicos administrativos e 10 auxiliar de serviços gerais. Conta também com o total de 675 educandos, sendo 465 da área urbana e 210 do campo.

Com base no PARECER CEE/CEB N.º 1011/10 do Conselho Estadual de Educação, na data de 27 de junho de 2011, realizou-se uma assembléia para identificação da escola do campo, a qual reuniu direção, equipe pedagógica, membros do conselho escolar, APMF, pais, alunos em especial do campo, professores, comunidade e a representante do núcleo regional de educação. Esta identificação tem como finalidade adequar as atividades escolares de acordo com diretrizes curriculares estaduais da Educação do Campo e facilitar o acesso a verbas e políticas públicas destinadas a esta modalidade.

Apesar do colégio estar inserido na área urbana, o município se caracteriza como rural pois tem menos de 20 mil habitantes e as suas principais atividade econômicas estão diretamente relacionadas a agricultura familiar. Tornando-se necessário então a mudança para um currículo escolar que se aproxime da realidade dos educandos, em contraposição ao modelo escola vigente que exclui as minorias do campo.

A assembléia foi realizada em quatro partes, tendo como abertura uma mística realizada pelos alunos do grupo de teatro do município sendo estes também alunos do colégio. Posteriormente a representante da educação do campo do núcleo regional de educação de Wenceslau Braz explanou o histórico da educação do campo e as possibilidades a mais que a escola teria ao identificar-se como escola do campo. Na terceira parte os participantes tiveram oportunidade de questionamento e argumentação contra ou a favor da proposta. E por ultimo na quarta etapa a votação para efetivação das idéias propostas.

2.2 LEVANTAMENTO DAS DIFICULDADES APONTADAS PELOS EDUCADORES

Para levantamento de dados quanto às principais dificuldades no processo de adequação de uma escola de ensino regular para educação do campo, foi elaborado um questionário e o mesmo respondido pelos educadores que lecionam no colégio. O questionário apresentava questões referentes à DCE do campo, conceito de educação do campo, quais as melhorias que poderiam surgir com a implantação da educação do campo e dificuldades para elaboração de plano de trabalho docente adequado.

Além disso, um dos itens abordava sobre a maneira como foi realizada a assembléia para inserção da palavra campo no nome do colégio que acarretaria uma serie de novas mudanças na metodologia de ensino e também quais as principais limitações do colégio e dos professores para implantação da Educação do Campo.

3 CONSIDERAÇÕES

3.1 ASSEMBLEIA

Com relação à assembléia muitos dos educadores não concordaram com a forma como esta foi feita, alegando que vários não foram convocados para a mesma, que esta deveria ter sido fracionada em mais etapas, deixando mais claras as conseqüências que este processo traria a escola e aos envolvidos. Dos 42 professores ativos apenas 12 estavam presentes na assembléia.

O motivo do pouco contingente de educadores se deve ao fato de que não foi feita uma convocação formal a todos, havendo apenas um aviso escrito a giz no quadro da secretaria do colégio e nenhum na sala dos professores.

O fato de a assembléia ter a data alterada duas vezes também provocou um descrédito no evento. O motivo pelo qual a data foi mudada uma vez se deve a fortes chuvas ocorridas nesse período impossibilitando o acesso dos pais e alunos do campo a assembléia, pois o transporte escolar em dias de fortes chuvas não consegue chegar em alguns bairros rurais do município.

3.1 RESULTADOS DO QUESTIONARIO APLICADO AOS PROFESSORES

O questionário foi aplicado a 30 dos 42 educadores, sendo que desses 4 fazem parte do Programa Projovem - Saberes da Terra.

QUADRO 1. RESULTADOS E QUESTOES APLICADAS AOS EDUCADORES

Questionário feito aos educadores	SIM (%)	NAO (%)
1- Você sabe o que é educação do campo?	50	50
2- Você conhece as DCE da educação do campo?	10	90
3- Os conteúdos de sua disciplina são baseados na realidade de seus alunos?	88	12
4- Seu colégio está preparado para implantar a metodologia da educação do campo?	5	95
5- Você conseguiria elaborar um PTD relacionando os conteúdos básicos de sua disciplina com a Educação do Campo?	50	50
6- Você acredita que a Educação do Campo será melhor que a Educação Regular em seu colégio?	41	59
7- você concorda com a maneira de como foi feita a assembléia para mudança do nome do seu colégio?	23	77
8- Você acha que com a mudança do nome do seu colégio as DCE do campo serão realmente aplicadas em sala de aula	10	90

Fonte: Autor, 2011.

Quando questionado o conceito de educação do campo, 50% dos professores alegaram saber o significado, porém apenas cerca de 10% conhecem as diretrizes curriculares estaduais da educação do campo. Neste sentido é possível observar

que a idéia de educação do campo, bem como suas diretrizes ainda são pouco conhecidas no ambiente escolar, mesmo tendo em seu quadro muitos alunos provenientes do campo.

Uma das principais dificuldades apresentadas pelos educadores é a elaboração do plano de trabalho docente sendo que apenas 50% dos entrevistados acreditam ser capazes de elaborá-lo, apesar de 88% afirmarem que trabalham conteúdos relacionados com a realidade de seus educandos.

A partir dessas colocações aliadas ao fato de que 95% dos educadores acreditam que o colégio não está preparado para implantar a metodologia da educação do campo, podemos constatar que a falta de informação a respeito dessa metodologia é muito expressiva.

Outro fato importante constatado é que muitos educadores não acreditam que a substituição do modelo regular para a educação do campo possa trazer melhorias ao colégio, alegando que seria uma mudança somente na nomenclatura e que de fato pouca coisa mudaria na prática em sala de aula.

“Em muitos lugares atendida por professores/professoras com visão de mundo urbano, ou com visão de agricultura patronal; na maioria das vezes estes profissionais nunca tiveram uma formação específica para trabalhar com esta realidade” (FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2009, p. 39).

Portanto podemos concluir que a falta de capacitação, qualificação e informação têm contribuído para permanência do método regular de ensino, continuando assim o descaso com o homem do campo. Em uma outra citação de Fernandes, Cerioli e Caldart (2009, p. 51) eles sugerem políticas públicas para educação do campo ela propõem:

“Processo específico/diferenciado de seleção de docentes para as escolas do campo; quer dizer, ninguém deve ser obrigado por concurso, estágio probatório ou por punição a trabalhar nestas escolas. O trabalho nas escolas do campo deve ser uma escolha dos profissionais e das comunidades;”

Realizando um processo específico de contratação de educadores para escolas identificadas como do campo, a probabilidade de serem contratados profissionais que realmente se enquadrem na proposta de educação do campo é muito maior. E este já seria um grande avanço para realização de uma educação do campo de qualidade, pois o educador qualificado/consciente é peça fundamental para construção e aplicação prática do novo projeto político pedagógico.

O que também dificulta o processo de mudança para a escola do campo é o fato da escola estar inserida na área urbana e que apenas 31% dos educandos se declaram do campo, indicando uma minoria. No entanto, mesmo a maioria dos educandos e da população residindo na cidade, grande parte tem origem camponesa ou desenvolve uma atividade relacionada ao meio rural. O que falta é desconstruir essa imagem de que o homem do campo é atrasado em relação ao da cidade.

“Há uma tendência dominante em nosso país, marcado por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar no almejado projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento, que vê o Brasil apenas como mais um mercado emergente, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório a sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais. A situação no meio rural hoje retrata bem essa visão” (FERNANDES, CERIOLI e CALDART, 2009. p. 21).

No que diz respeito à assembléia o modo como ela foi feita não permitiu que a idéia fosse realmente debatida, pois a maioria não possuía conhecimento suficiente para argumentar ou saber se esta mudança seria boa ou ruim. A votação foi aberta, o que acabou por inibir muitos que eram contra e outra falha foi por convidarem especialmente os educandos do campo, assim excluindo os outros educandos da escola da assembléia.

Para que ocorresse uma mudança mais democrática alguns pontos relevantes deveriam ter sido trabalhados. O principal deles seria a qualificação dos

educadores para que estes conseguissem se identificar como educadores do campo, pois se os próprios educadores não se identificarem com a causa, não conseguiram disseminar os ideais da educação do campo com os educandos.

Outro ponto seria a prática docente. Muitos educadores ainda acreditam que trabalhar a realidade do educando, seja trabalhar até o limite de sua “capacidade intelectual”, ou seja, uma visão equivocada, pois trabalhar com a realidade na perspectiva da educação do campo requer trabalhar com elementos do cotidiano do educando, valorizando elementos da cultura local, história das comunidades, os problemas locais entre outros. Uma prática docente nessa linha poderia despertar no educando uma visão menos pejorativa de educação do campo.

Se esses pontos tivessem sido aplicados antes da realização da assembléia talvez o resultado teria sido mais satisfatório, uma vez que todos os envolvidos teriam um maior conhecimento do verdadeiro sentido da educação do campo, pois como afirma Fernandes, Cerioli e Caldart (2009, p. 27):

“Não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

O que devemos deixar claro é que não podemos impor o modelo da educação do campo, tal como foi imposto o modelo da educação regular. Temos então que explicitar os verdadeiros ideais e objetivos dessa educação, mostrando o quanto ela pode ser favorável aos nossos educandos. Desta forma a adequação para escola do campo se tornaria mais prazerosa e democrática, pois os envolvidos se identificariam como verdadeiros sujeitos ativos no processo de mudança.

Referências

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CEE/CEB n.º 1011**. Curitiba: CEE, 2010.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FÓRUMS EJA BRASIL. **Educação do Campo: Um olhar panorâmico**. Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

IBGE. **População do Município de Santana do Itararé**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED). **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.